

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	4
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	5
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	6
2.5 Medições não contábeis	7
2.6 Eventos subsequentes as DFs	8
2.7 Destinação de resultados	9
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	11
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	12
2.10 Planos de negócios	13
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	14
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	15
5.2 Descrição dos controles internos	16
5.3 Programa de integridade	19
5.4 Alterações significativas	20
5.5 Outras informações relevantes	21

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As Demonstrações Contábeis do emissor foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Balanço Patrimonial

(Reais mil)

Descrição da Conta	31.12.2022	31.12.2021	Variação
			2022 x 2021
Ativo Total	150.924	238.205	-37%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2	0%
Caixa	2	2	0%
Ativos Financeiros	148.022	230.760	-36%
Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	148.022	230.760	-36%
Aplicações no Mercado Aberto	0	0	0%
Títulos e Valores Mobiliários	143.490	226.357	-37%
Outros Ativos Financeiros	4.532	4.403	3%
Tributos	1.904	6.537	-71%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	1.904	6.537	-71%
Outros Ativos	996	906	10%
Outros	996	906	10%
Outros Ativos Financeiros Ao Valor Justo por meio do Resultado	0	0	0%
Outros Ativos	996	906	10%

Descrição da Conta	31.12.2022	31.12.2021	Variação
			2022 x 2021
Passivo Total	150.924	238.205	-37%
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	751	0	-
Outras Captações	751	0	-
Outros Passivos Financeiros	751	0	-
Passivos Fiscais	522	487	7%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	448	407	10%
Outras Obrigações Fiscais	74	80	-8%
Outros Passivos	1.347	102	1221%
Patrimônio Líquido	148.304	237.616	-38%
Capital Social Realizado	123.144	123.144	0%
Reservas de Capital	182	182	0%
Reservas de Lucros	24.978	114.290	-78%

Os ativos totais atingiram R\$ 150.924 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 238.205 mil em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o principal ativo é representado por Títulos e Valores Mobiliários no valor de R\$ 143.490 mil, que representa 97% do valor do ativo financeiro ao custo amortizado⁽¹⁾. Em 31 de dezembro de 2021, os principais ativos eram representados por Títulos e Valores Mobiliários no valor de R\$ 226.357 mil.

O emissor apresentou em 31 de dezembro de 2022 lucro líquido de R\$ 10.370 mil (R\$ 6.543 em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido de R\$ 148.304 mil (R\$ 237.616 mil em 31 de dezembro de 2021).

Nossos Diretores acreditam que nossas condições financeiras e patrimoniais são suficientes para mantermos nosso plano de negócios, desenvolvermos nossas atividades e cumprirmos com nossas obrigações de curto e médio prazos.

⁽¹⁾ contemplam o custo amortizado as aplicações no mercado aberto, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, outros ativos financeiros e provisão para perda esperada.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

b. Estrutura de capital

O capital social está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2022, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 99 mil à razão de 0,04 por ação.

Em 31 de dezembro de 2021, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 62 mil à razão de 0,02 por ação.

No Conglomerado Itaú Unibanco, os fatores de risco são controlados e geridos de forma consolidada. Dessa forma, o emissor, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding, julga adequado o atual nível do índice de Basileia. A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia (15,0% com base no Consolidado Prudencial, sendo 13,5% de Nível I e 1,5% de Nível II). Além disso, o Itaú Unibanco Holding possui folga em relação ao Patrimônio de Referência mínimo requerido no montante de R\$ 86.328 milhões (R\$ 77.490 milhões em 31/12/2021), superior ao Adicional de Capital Principal (ACP) de R\$ 43.350 milhões (R\$ 34.615 milhões em 31/12/2021), amplamente coberto pelo capital disponível.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O emissor possui operações de compra com compromisso de revenda (operações compromissadas) de ativos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são os ativos adquiridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo. Os ativos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo e as receitas de juros e rendimentos dessas operações são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 o capital próprio foi a fonte de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Além disso, nesses períodos, não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em 31 de dezembro de 2022, o emissor não possuía deficiências de liquidez. Na hipótese da necessidade de liquidez, a companhia poderá recorrer a instrumentos já utilizados, porém não se limitando somente a eles, para adequação de sua liquidez.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não houve contrato de empréstimo e financiamento relevantes.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2022, o emissor não possuía em seu passivo nenhuma operação de longo prazo com instituições financeiras. No entanto, buscamos sempre desenvolver boas relações comerciais com os principais agentes financeiros no mercado, visando o pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas de capital de giro.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre nossas dívidas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não possuímos restrições em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável, pois a companhia não tem limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A análise dos destaques patrimoniais e das operações financeiras estão nos itens 2.1 a) e 2.2 a), respectivamente, deste formulário de referência.

Os administradores do emissor também integram os órgãos de administração de seu controlador indireto, Itaú Unibanco Holding, ou de empresas controladas por ele. Por essa razão, referidos administradores são remunerados apenas pelas funções que exercem em tais empresas e não receberam, nos exercícios de 2022 e 2021, remuneração específica pelo fato de participarem de órgãos de administração da companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Apresentamos a seguir as principais variações nas contas de resultado em 2022 e 2021.

Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Descrição da Conta	31.12.2022	31.12.2021	Variação
			2022 x 2021
Receitas de Intermediação Financeira	21.748	10.644	104%
Receitas de Juros e Similares	21.596	9.719	122%
Outras Receitas	152	925	-84%
Resultado Bruto de Intermediação Financeira	21.748	10.644	104%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-1.406	-1.110	27%
Outras Despesas de Administrativas	-383	-609	-37%
Despesas Tributárias	-1.023	-501	104%
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	20.342	9.534	113%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.972	-2.991	233%
Corrente	-9.931	-2.979	233%
Diferido	-41	-12	242%
Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	10.370	6.543	58%
Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	10.370	6.543	58%
Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	10.370	6.543	58%
Lucro por Ação (R\$/Ação)	-	-	-
Lucro Básico por Ação	-	-	-
ON	4,11	2,6	58%
PN	4,52	2,85	59%

2022 x 2021

O emissor apresentou ao final de 2022 resultado antes do imposto de renda e contribuição social de R\$ 20.342 mil (R\$ 9.534 mil em 2021) e lucro líquido de R\$ 10.370 mil (R\$ 6.543 mil em 2021).

As receitas referem-se basicamente a remuneração das aplicações financeiras (receitas de intermediação financeira) que aumentaram 104% em relação ao ano de 2021. Esse crescimento foi devido, principalmente, ao aumento da taxa SELIC ao longo de 2021 e 2022.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 383 mil em 2022 (R\$ 609 mil em 2021) e estão compostas, principalmente, por serviços do sistema financeiro, por serviços de terceiros e prejuízo na venda de bens não de uso, imobilizado e investimento em empresas não consolidadas.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Não houve variações significativas no resultado nem impactos relevantes da inflação nos anos de 2022 e 2021.

Destacamos que as principais variações no resultado foram explicadas no item 2.2 a) acima.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Em 2022 não houve alterações significativas nas práticas contábeis.

Consulte nossas demonstrações financeiras, Nota 2 – Políticas Contábeis Significativas para mais informações sobre as políticas contábeis.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalva e ênfase nos relatórios do auditor para o ano de 2022.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

c. eventos ou operações não usuais

Não houve

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis**
- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**
- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

Não houve divulgação de medições não contábeis no último exercício social.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

O emissor não possui política específica de destinação dos resultados. Assim, nos últimos 3 exercícios sociais, foi observado o disposto em seu Estatuto Social e na Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme abaixo.

Não houve alterações nas regras do emissor sobre retenção de lucros no último exercício social. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, nossos acionistas poderão deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da administração, a destinação de parte do lucro líquido para formação de reserva estatutária com as seguintes finalidades: **(i)** absorver eventuais prejuízos de exercícios subsequentes; **(ii)** efetuar investimentos estratégicos para a Companhia; **(iii)** exercer o direito de preferência na subscrição de futuros aumentos do capital social das empresas em que a Companhia participe; **(iv)** realizar aumentos no capital social da Companhia; e **(v)** pagar os dividendos intermediários de que trata o § 2º do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo dessa reserva somado ao da reserva legal, não poderá ultrapassar o capital social. Periodicamente, por proposta do Conselho de Administração, podem ser capitalizadas parcelas da reserva estatutária para que o montante alocado não exceda tal limite.

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas podem deliberar, em Assembleia Geral e por proposta da administração, reter parte do lucro líquido do exercício que estiver em orçamento de capital previamente aprovado. No último exercício social, não houve retenção de lucros.

Ademais, o dividendo obrigatório pode deixar de ser pago no exercício social em que a administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira do emissor.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Não houve alterações nas regras do emissor sobre distribuição de dividendos no último exercício social. Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

Por deliberação do Conselho de Administração, poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º da Lei nº 9.249/95.

O emissor poderá, por deliberação do Conselho de Administração, e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, declarar, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral Ordinária, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo obrigatório.

Com relação às regras sobre distribuição de dividendos atinentes aos preferencialistas, cabe ressaltar que as ações preferenciais têm as seguintes vantagens: **(i)** prioridade na distribuição de dividendos, **(ii)** dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias e **(iii)** prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação do emissor.

Diante dessas condições, as ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, se o emissor deixar de pagar o dividendo prioritário por 3 exercícios consecutivos.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

O pagamento de dividendos relativo ao exercício social de 2022 foi efetuado com base na posição acionária registrada na data da realização da respectiva Assembleia Geral, nos termos do artigo 205 da Lei das Sociedades por Ações, conforme segue abaixo:

Para o exercício social encerrado em 31.12.2022, na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28.04.2023, aprovou o pagamento de dividendos obrigatórios no valor de R\$ 98.517,55.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não há quaisquer restrições à distribuição de dividendos.

2.7 Destinação de resultados

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Não há.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iii. contratos de construção não terminada

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
- ii. fontes de financiamento dos investimentos**
- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não houve

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não houve

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não houve pois a empresa não possui atividades que justifiquem a divulgação de informações ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional já foram comentados nos demais itens desta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

A Investimentos Bemge é uma subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding S.A, sendo parte integrante da Carteira Trading e Banking do conglomerado econômico-financeiro, conforme definido pela Resolução CMN nº 4557/17 e Resolução BCB nº 111/21 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais – Basileia II. Por essa razão, sua política de risco é integrada à política do Itaú Unibanco Holding, expressos em seu respectivo Formulário de Referência, item 5.1.

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

No Itaú Unibanco Holding o gerenciamento de riscos é feito de forma consolidada. Dessa forma, as políticas adotadas pelo Itaú Unibanco Holding reportadas em seu Formulário de Referência, especificamente no item 5.1 a), se aplicam ao emissor.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

ii. os instrumentos utilizados para proteção

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

No Itaú Unibanco Holding o gerenciamento de riscos é feito de forma consolidada. Desse modo, o emissor, controlado pelo Itaú Unibanco Holding, tem os mesmos objetivos e estratégias de seu controlador, reportados no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.1 b).

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O Itaú Unibanco Holding tem metodologia consolidada de Gerenciamento de Risco Operacional, Controles Internos e Compliance que são atribuídas às empresas, unidades de negócios e administrativas do Grupo Itaú. Dessa forma, os controles internos para a verificação dessa efetividade são expressos no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.1 c).

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração do Itaú Unibanco Holding, que controla a Investimentos Bemge, é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações financeiras é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações financeiras divulgadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da Companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e que os recebimentos e pagamentos da Companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da Companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da Companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações financeiras podem não evitar ou detectar erros. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A Administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia para 31 de dezembro de 2022 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission de acordo com Internal Control – Integrated Framework (2013). A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações financeiras. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2022, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Financeiras Consolidadas são efetivos.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O Emissor está sujeito a estrutura de gestão de risco operacional e controles internos do Itaú Unibanco Holding que está alinhada às definições mantidas pelos órgãos internacionais Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO - 2013), Information Systems Audit and Control Association (ISACA) e Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT). Também é aderente às recomendações sugeridas pelo Comitê da Basileia e às determinações dos órgãos reguladores nacionais e internacionais bem como está alinhada à “Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos” como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de Risco Operacional e Controles Internos e assegurar o cumprimento das diretrizes definidas, por meio de uma abordagem integrada.

Os principais componentes dessa estrutura são:

Conselho de Administração – CA:

- Aprovar as diretrizes, estratégias e políticas referentes ao risco operacional e controles internos, garantindo que haja claro entendimento dos papéis e responsabilidades para todos os níveis do conglomerado.

Comitê de Gestão de Risco e de Capital – CGRC:

- Apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos e de capital do Conglomerado, submetendo relatórios e recomendações sobre estes temas à deliberação do Conselho de Administração.

Comitê de Gestão de Risco e de Capital Seguridade – CGRC-S:

- Apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos de seguridade do Conglomerado, através da avaliação periódica da efetividade da estrutura de gerenciamento de

5.2 Descrição dos controles internos

risco, do plano de negócio do Conglomerado e seu apetite de risco; e auxílio na tomada de decisão submetendo relatórios e recomendações à deliberação do Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria – CAUD:

De acordo com seu Regulamento Interno, compete ao Comitê de Auditoria supervisionar: os processos de controles internos e da administração de risco; as atividades da auditoria interna; as atividades das empresas de auditoria independente do Conglomerado; os relatórios e recomendações para deliberação do Conselho de Administração.

Comissão Superior de Risco Operacional – CSRO:

- Conhecer os riscos dos processos e negócios do Itaú Unibanco, definir as diretrizes para gestão dos riscos operacionais e avaliar os resultados dos trabalhos realizados sobre o funcionamento do Sistema Itaú Unibanco de Controles Internos e Compliance.

Comitê de Compliance e Risco Operacional – CCRO:

- Acompanhar e promover nas áreas executivas do Conglomerado, o desenvolvimento e implementação das diretrizes aprovadas e definidas pela CSRO. Subsidiar a CSRO com os principais assuntos que requerem uma alçada superior de discussão. Discutir os principais riscos das Áreas de Negócio e os planos de ação propostos para mitigação dos riscos.

Chief Risk Officer (CRO):

- Responsável pela gestão de risco operacional na instituição.

Diretoria de Risco Operacional:

Inserida na segunda linha, com o papel Dedicado de Risco Operacional, garante a atuação e integridade dos Sistemas de Controles Internos de forma independente, sendo responsáveis por: apoiar a primeira linha na gestão dos riscos operacionais associados à suas atividades; desenvolver e disponibilizar as metodologias, ferramentas, sistemas, infraestrutura e governança necessárias para suportar o gerenciamento integrado de Risco Operacional, nas atividades do Conglomerado e terceirizadas relevantes; coordenar as atividades de Risco Operacional junto às áreas de Negócio e Suporte, sendo independente no exercício de suas funções, com comunicação direta com qualquer administrador ou colaborador, e acesso a quaisquer informações necessárias no âmbito de suas responsabilidades. Por esse motivo, é vedada a essa área realizar a gestão de qualquer negócio ou atividade que possa comprometer a sua independência; comunicar os apontamentos (ARIs) de riscos moderado e elevado as alçadas, públicos e fóruns competentes.

Áreas de Negócio/Suporte e Comunidades:

- Responsáveis primários por identificar, priorizar, responder ao risco, monitorar e reportar os eventos de risco operacional, que podem impactar adversamente o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais definidos.

Auditoria Interna:

- Verificar, de forma independente e periódica, a adequação dos processos e procedimentos de identificação e gerenciamento dos riscos, conforme as diretrizes estabelecidas na Política de Auditoria Interna.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração possui mecanismos de governança estabelecidos como a realização periódica de certificações dos controles e verificação de aderências às políticas e procedimentos. Com o intuito de assegurar que o processo de gestão de riscos seja divulgado e reportado à alta administração da instituição, juntamente com os respectivos status dos planos de ação, a organização conta com os Comitês relacionados no item b), conforme definido na Política de Gerenciamento Integrado de Risco Operacional e Controles Internos.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

No relatório do auditor independente, não observamos deficiências significativas de controles internos relacionados às demonstrações financeiras.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No relatório do auditor independente não foram observadas deficiências significativas de controles internos.

5.3 Programa de integridade

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O programa de prevenção e combate a atos ilícitos do Itaú Unibanco Holding aplica-se a todas as suas controladas e coligadas. Desse modo, o emissor, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding, segue as mesmas políticas, práticas explicitadas no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.3 a).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**
- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

No Itaú Unibanco Holding, os canais de denúncias e seus procedimentos são aplicados e geridos de forma consolidada. Desse modo, o emissor, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding, dispõe dos mesmos canais de denúncia da Holding, reportados no item 5.3 b) de seu Formulário de Referência.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não recebemos em nosso Canal de Denúncias qualquer manifestação de atos ilícitos praticados contra administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, pois o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No Itaú Unibanco Holding o gerenciamento de riscos é feito de forma consolidada. Dessa forma, as alterações nos principais riscos da Investimentos Bemge, subsidiária integral do Itaú Unibanco Holding, estão reportadas no Formulário de Referência do Itaú Unibanco Holding, item 5.4.

5.5 Outras informações relevantes

5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há